ALTERAÇÕES 001-070

apresentadas pela Comissão dos Assuntos Constitucionais

Relatório

Zita Gurmai e Alain Lamassoure

A7-0350/2010

Iniciativa de cidadania

Proposta de regulamento (COM(2010)0119 – C7-0089/2010 – 2010/0074(COD))

Alteração 1

Proposta de regulamento

Considerando 1

Texto da Comissão

(1) O Tratado da União Europeia reforça a cidadania da União e melhora o seu funcionamento democrático, prevenindo nomeadamente que todos os cidadãos têm o direito de participar na vida democrática da União *e que um milhão, pelo menos, de cidadãos nacionais de um número significativo de Estados-Membros pode tomar a iniciativa de convidar a Comissão Europeia a apresentar, no âmbito das suas atribuições, uma proposta adequada em matérias sobre as quais os cidadãos consideram necessário um acto jurídico da União para aplicar os Tratados.*

Alteração

(1) O Tratado da União Europeia reforça a cidadania da União e melhora o seu funcionamento democrático, prevenindo nomeadamente que todos os cidadãos têm o direito de participar na vida democrática da União *através de uma iniciativa europeia de cidadãos. Tal procedimento oferece aos cidadãos a possibilidade de abordar indirectamente a Comissão, conferindo-lhes um direito de iniciativa semelhante ao exercido pelo Parlamento Europeu e pelo Conselho.*

Justificação

Seria supérfluo repetir disposições do Tratado num considerando. As referências necessárias aos Tratados já são feitas nas citações. Na última frase, o lugar da iniciativa no quadro global da construção europeia é mencionado.

Alteração 2

Proposta de regulamento

Considerando 2

Texto da Comissão

(2) O Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia prevê que o Parlamento Europeu e o Conselho devem adoptar as normas processuais e as condições para a apresentação de uma iniciativa de cidadania.

Alteração

Suprimido

Justificação

É inútil repetir disposições do Tratado num considerando. A base jurídica já é referida na primeira citação do Regulamento.

Alteração 3

Proposta de regulamento

Considerando 3

Texto da Comissão

(3) As referidas normas processuais e condições devem ser claras, simples, de fácil aplicação e proporcionais à natureza da iniciativa de cidadania.

Alteração

(3) As referidas normas processuais e condições devem ser claras, simples, de fácil aplicação e proporcionais à natureza da iniciativa de cidadania, ***de molde a incentivar a participação dos cidadãos e tornar a União Europeia mais acessível. Devem lograr um equilíbrio judicioso entre direitos e obrigações.***

Alteração 4

Proposta de regulamento

Considerando 3-A (novo)

Texto da Comissão

Alteração

(3-A) É importante organizar campanhas de informação e de publicidade eficazes sobre as iniciativas de cidadania, a fim de sensibilizar os cidadãos, prestar informações exactas sobre este novo instrumento, promover o diálogo civil e criar um autêntico espaço público europeu; neste contexto, as actividades de comunicação e as campanhas de

informação desempenham um importante papel. Assim sendo, a Comissão deve considerar a utilização dos programas existentes de promoção da mobilidade e da cidadania activa, bem como novas formas de comunicação, como as redes sociais, que promovem o debate público. Além disso, a Comissão e o Parlamento Europeu, através das respectivas representações e gabinetes nos Estados-Membros, devem fornecer aos cidadãos, a pedido, informações e conselhos informais sobre as iniciativas de cidadania, em particular no tocante aos critérios de registo, aos valores e às competências da União consagradas aos Tratados europeus. Convém elaborar, em todas as línguas oficiais da União, um manual do utilizador sobre as iniciativas de cidadania e disponibilizá-lo em linha.

Justificação

As campanhas de informação são fundamentais para evitar falsas expectativas e mal-entendidos sobre a natureza e o âmbito de aplicação de uma iniciativa de cidadania europeia. A presente alteração visa reforçar a sensibilidade dos cidadãos e prestar informações exactas sobre este novo instrumento.

Alteração 5

Proposta de regulamento Considerando 3-B (novo)

Texto da Comissão

Alteração

(3-B) As representações da Comissão Europeia e os gabinetes de informação do Parlamento Europeu nos Estados-Membros, conjuntamente com as redes de informação da Comissão, devem desempenhar um papel permanente na prestação aos cidadãos de todas as informações necessárias relativas à iniciativa de cidadãos.

Alteração 6

Proposta de regulamento

Considerando 5

Texto da Comissão

(5) É necessário estabelecer o número mínimo de Estados-Membros de onde devem provir os cidadãos. **A fim de** garantir que uma iniciativa de cidadania representa um interesse da União, **este número** deve ser fixado **num terço** dos Estados-Membros.

Alteração

(5) É necessário estabelecer o número mínimo de Estados-Membros de onde devem provir os cidadãos. **Esse número mínimo deve** garantir que uma iniciativa de cidadania representa um interesse da União **mas os requisitos não devem ser demasiado pesados. Por conseguinte,** deve ser fixado **num quinto** dos Estados-Membros.

Justificação

Um limite mínimo mais baixo deve ser encontrado, em que o interesse da União ainda possa ser representado, mas os requisitos não sejam excessivamente pesados.

Alteração 7

Proposta de regulamento

Considerando 6

Texto da Comissão

(6) Para este efeito, é igualmente conveniente estabelecer o número mínimo de cidadãos provenientes de cada um desses Estados-Membros. A fim de garantir condições semelhantes aos cidadãos que pretendam apoiar uma iniciativa de cidadania, este número mínimo deve ser degressivamente proporcional **à dimensão de cada** Estado-Membro. Para efeitos de clareza, este número mínimo deve ser fixado, para cada Estado-Membro, num anexo ao presente regulamento.

Alteração

(6) Para este efeito, é igualmente conveniente estabelecer o número mínimo de cidadãos provenientes de cada um desses Estados-Membros. A fim de garantir condições semelhantes aos cidadãos que pretendam apoiar uma iniciativa de cidadania, este número mínimo deve ser degressivamente proporcional, **tal como previsto no n.º 2 do artigo 14.º do TUE relativamente ao número de Membros do Parlamento Europeu por** Estado-Membro.

Neste sentido, o número mínimo exigido em cada Estado-Membro deve ser igual ao número, multiplicado por um factor de 750, de deputados ao Parlamento Europeu eleitos nesse Estado-Membro.

Por uma questão de clareza, estes números mínimos devem ser fixados num anexo ao presente regulamento. Devem ser conferidos à Comissão poderes para

alterar esse anexo quando a composição do Parlamento Europeu é modificada.

Justificação

A distribuição de lugares no Parlamento Europeu será alterada regularmente de acordo de uma fórmula que respeita integralmente o princípio da proporcionalidade degressiva.

Alteração 8

**Proposta de regulamento
Considerando 7-A (novo)**

Texto da Comissão

Alteração

(7-A) Para que uma iniciativa de cidadania seja bem sucedida, é necessário que haja uma estrutura organizacional mínima. Esta tomará a forma de um comité de cidadãos composto por pessoas singulares (organizadores) provenientes de diferentes Estados-Membros, tendo em vista incentivar o surgimento de questões de dimensão europeia e fomentar uma reflexão sobre essas questões. Para uma maior transparência e uma comunicação fluida e eficaz, o comité de cidadãos deve designar representantes que assumirão um papel de ligação entre o comité e as instituições da União ao longo de todo o processo.

Justificação

A iniciativa de cidadania visa dar aos cidadãos a oportunidade de participarem na vida democrática da União. Deve ser aberta a todas as pessoas singulares que tencionem criar um comité de cidadãos.

Alteração 9

**Proposta de regulamento
Considerando 7-B (novo)**

Texto da Comissão

Alteração

(7-B) Há que assegurar que todos os signatários e organizadores, independentemente do sexo, origem racial ou étnica, deficiência, orientação sexual, religião ou crença, tenham igualdade de oportunidades para participar numa

iniciativa de cidadania e que os princípios de não discriminação sejam observados. A informação acerca das iniciativas de cidadania deve ser acessível e fácil de entender por todos.

Alteração 10

Proposta de regulamento Considerando 8

Texto da Comissão

(8) A fim de garantir a coerência e a transparência das iniciativas de cidadania propostas, deve ser obrigatório proceder ao seu registo num sítio Web disponibilizado pela Comissão antes da recolha das necessárias declarações de apoio dos cidadãos; as propostas *de natureza abusiva ou desprovidas de conteúdo sério* não devem ser registadas *e a Comissão deve recusar o registo de propostas manifestamente contrárias aos valores da União*. A Comissão deve gerir este registo em conformidade com os princípios gerais da boa administração.

Alteração

(8) A fim de garantir a coerência e a transparência das iniciativas de cidadania propostas *e de evitar uma situação em que sejam recolhidas assinaturas para uma proposta que não se enquadre no âmbito de aplicação do presente regulamento*, deve ser obrigatório proceder ao seu registo num sítio Web disponibilizado pela Comissão antes da recolha das necessárias declarações de apoio dos cidadãos. As propostas *que não sejam iniciativas de cidadania na acepção do presente regulamento* não devem ser registadas. *O registo é um procedimento administrativo que visa seleccionar as iniciativas que se inscrevem no âmbito de aplicação do presente regulamento; por conseguinte, qualquer recusa de efectuar um registo apenas poderá fundamentar-se em motivos de ordem jurídica e, em caso algum, em motivos de conveniência política*. A Comissão deve gerir este registo em conformidade com os princípios gerais da boa administração, *pelo que tem a obrigação de informar os organizadores de uma iniciativa sobre as razões subjacentes a uma recusa de registo dessa iniciativa e as vias de recurso judiciais e extrajudiciais de que dispõem*. *A Comissão deve igualmente indicar claramente que o registo e a recolha do número requerido de declarações de apoio não implicam necessariamente que a Comissão adopte uma proposta de acto jurídico e que o registo de uma iniciativa não constitua uma decisão formal sobre questões de competência*.

Justificação

A presente alteração justifica a supressão da "verificação da admissibilidade": a Comissão deve apenas verificar se uma iniciativa é uma iniciativa de cidadania na acepção do presente regulamento. Em caso afirmativo, a iniciativa deve ser registada e os organizadores não devem ser impedidos de recolher assinaturas. A segunda parte diz respeito a algumas questões decorrentes da supressão da "verificação da admissibilidade". A fim de poder evitar que a iniciativa seja utilizada para fazer com que a Comissão se pronuncie sobre questões de competência, importa explicar aos organizadores que o registo significa apenas que a iniciativa é, na opinião da Comissão, uma iniciativa de cidadania europeia. Não pode ser entendida como uma decisão formal sobre questões de competência.

Alteração 11

Proposta de regulamento

Considerando 9

Texto da Comissão

(9) **O organizador de uma proposta de iniciativa de cidadania deve ser responsável pela recolha das necessárias** declarações de apoio dos cidadãos.

Alteração

(9) **Quando uma proposta tiver sido registada como iniciativa de cidadania, as** declarações de apoio dos cidadãos **podem ser recolhidas pelos organizadores.**

Justificação

A presente alteração reforça a posição de que o registo apenas se destina à decisão sobre se está a ser apresentada uma iniciativa de cidadania europeia. Em caso afirmativo, os organizadores não têm de cumprir quaisquer outros requisitos (admissibilidade, entre outros) e estão livres para exercer o seu direito por força do Tratado, nomeadamente para recolher assinaturas a favor de uma iniciativa.

Alteração 12

Proposta de regulamento

Considerando 10

Texto da Comissão

(10) É conveniente prever que a recolha destas declarações possa ser feita tanto **em papel como em linha**. Os sistemas de recolha em linha devem ter dispositivos de segurança adequados, a fim de garantir, nomeadamente, que as pessoas **podem ser identificadas** e que os dados **são conservados de forma segura**. **Para este efeito, é necessário que a Comissão estabeleça** as especificações técnicas pormenorizadas dos sistemas de recolha em linha.

Alteração

(10) **A fim de colocar as modernas tecnologias ao serviço da democracia participativa** é conveniente prever que a recolha destas declarações possa ser feita tanto **em linha como em papel**. Os sistemas de recolha em linha devem ter dispositivos de segurança adequados, a fim de garantir, nomeadamente, que as pessoas **assinem apenas uma vez** e que os dados **sejam recolhidos e** conservados de forma segura. **As especificações técnicas pormenorizadas devem ser definidas por**

peritos e regularmente adaptadas aos desenvolvimentos técnicos; o poder de adoptar especificações técnicas pormenorizadas dos sistemas de recolha em linha deve, por conseguinte, ser delegado na Comissão.

Os requisitos relativos a essas especificações técnicas não devem, contudo, apresentar obstáculos injustificáveis aos organizadores que pretendam utilizar sistemas de recolha em linha.

Justificação

Esta alteração pretende dar os motivos das disposições e justifica a utilização de actos delegados.

Alteração 13

**Proposta de regulamento
Considerando 10-A (novo)**

Texto da Comissão

Alteração

(10-A) As declarações de apoio devem ser recolhidas de forma convivial para os cidadãos e que incorpore as salvaguardas necessárias à protecção de dados. Ao mesmo tempo, não deverá impor aos organizadores um fardo excessivo.

Alteração 14

**Proposta de regulamento
Considerando 13**

Texto da Comissão

Alteração

(13) É conveniente que a Comissão adopte uma decisão relativa à admissibilidade das iniciativas propostas numa fase suficientemente precoce. Para isso, o organizador deve solicitar a adopção dessa decisão depois de ter recolhido 300 000 declarações de apoio à iniciativa proposta de signatários oriundos de pelo menos três Estados-Membros.

Suprimido

Justificação

É abolida a verificação da admissibilidade.

Alteração 15

Proposta de regulamento

Considerando 14

Texto da Comissão

(14) No prazo de dois meses após a recepção de um pedido do organizador, a Comissão deve adoptar uma decisão quanto à admissibilidade da iniciativa. Uma proposta de iniciativa de cidadania deve ser considerada admissível se for abrangida pelas competências da Comissão e disser respeito a uma questão sobre a qual pode ser adoptado um acto jurídico da União para aplicação dos Tratados.

Alteração

Suprimido

Justificação

É abolida a verificação da admissibilidade.

Alteração 16

Proposta de regulamento

Considerando 15

Texto da Comissão

(15) É conveniente prever que, caso uma iniciativa de cidadania tenha obtido as declarações de apoio necessárias ***e seja considerada admissível***, compete a cada Estado-Membro envolvido verificar e atestar as declarações de apoio dos respectivos cidadãos. Tendo em conta a necessidade de limitar a carga administrativa, os Estados-Membros devem proceder a essas verificações no prazo de três meses, com base em controlos adequados, e emitir um documento que ateste o número de declarações de apoio válidas recebidas.

Alteração

(15) ***Na ausência de uma autoridade eleitoral competente da União***, é conveniente prever que, caso uma iniciativa de cidadania tenha obtido as declarações de apoio necessárias, compete a cada Estado-Membro envolvido verificar e atestar as declarações de apoio dos respectivos cidadãos. Tendo em conta a necessidade de limitar a carga administrativa dos Estados-Membros, estes devem proceder a essas verificações no prazo de três meses, com base em controlos adequados, ***que podem basear-se em amostragens aleatórias***, e emitir um documento que ateste o número de declarações de apoio válidas recebidas.

Justificação

Deve ser claro que os Estados-Membros verificam as assinaturas ainda que se trate de uma iniciativa europeia de cidadãos, porque não há nenhuma autoridade competente da União que possa fazê-lo.

Alteração 17

Proposta de regulamento Considerando 16

Texto da Comissão

Alteração

(16) Os organizadores devem garantir que todas as condições previstas no presente regulamento estão reunidas antes de apresentarem à Comissão qualquer iniciativa de cidadania.

Suprimido

Justificação

Será supérfluo mencionar num considerando que as obrigações estabelecidas por um Regulamento devem ser respeitadas a fim de se obter o efeito jurídico desejado.

Alteração 18

Proposta de regulamento Considerando 16-A (novo)

Texto da Comissão

Alteração

(16-A) Reveste-se de extrema importância o facto de os organizadores de uma iniciativa de cidadania apresentarem uma declaração circunstanciada dos recursos financeiros utilizados para apoiar e promover a iniciativa, a fim de garantir uma transparência total.

Alteração 19

Proposta de regulamento Considerando 17

Texto da Comissão

Alteração

(17) A Comissão deve analisar uma iniciativa de cidadania e formular as conclusões e as medidas que tenciona tomar a seu respeito no prazo de quatro meses.

(17) A Comissão deve analisar uma iniciativa de cidadania e formular as suas conclusões legais e políticas em separado; deve igualmente definir as medidas que tenciona tomar a seu respeito. A fim de

demonstrar que uma iniciativa de cidadania apoiada por pelo menos um milhão de cidadãos da União e o seu eventual seguimento serão cuidadosamente examinados, a Comissão deve explicar de maneira clara, compreensível e detalhada os motivos pelos quais tenciona tomar medidas e, da mesma forma, os motivos pelos quais não tenciona tomar qualquer medida. Uma vez que os cidadãos devem ter a garantia de que uma iniciativa bem sucedida será objecto de um seguimento apropriado, a Comissão deve organizar uma audição pública juntamente com o Parlamento Europeu e, se for o caso, com outras instituições e organismos da União. Enquanto destinatária de uma iniciativa, a Comissão deve ser representada ao nível de Comissário ou, pelo menos, Director-Geral.

Justificação

A reacção da Comissão a uma iniciativa de cidadãos europeus deve ser justificada tanto jurídica como politicamente. Além disso, tal deve ser demonstrado através de um raciocínio que demonstre que a voz dos cidadãos foi ouvida e que as eventuais medidas a tomar são séria e profundamente pensadas.

Alteração 20

Proposta de regulamento Considerando 18

Texto da Comissão

(18) A Directiva 95/46/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 24 de Outubro de 1995, relativa à protecção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados, é plenamente aplicável ao tratamento de dados pessoais efectuado ao abrigo do presente regulamento. A este respeito, é conveniente precisar que **o organizador** de uma iniciativa de cidadania e as autoridades competentes dos Estados-Membros são os responsáveis pelo tratamento dos dados, na acepção da Directiva 95/46/CE, e fixar o período máximo de conservação autorizada

Alteração

(18) A Directiva 95/46/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 24 de Outubro de 1995, relativa à protecção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados, é plenamente aplicável ao tratamento de dados pessoais efectuado ao abrigo do presente regulamento. A este respeito, **por uma questão de certeza jurídica**, é conveniente precisar que **os organizadores** de uma iniciativa de cidadania e as autoridades competentes dos Estados-Membros são os responsáveis pelo tratamento dos dados, na acepção da Directiva 95/46/CE, e fixar o

dos dados pessoais recolhidos no âmbito de uma iniciativa de cidadania. Na qualidade de responsáveis pelo tratamento dos dados, os organizadores devem tomar as medidas adequadas para cumprir o disposto na Directiva 95/46/CE, em especial no que se refere à legitimidade do tratamento, à segurança das actividades de tratamento e do fornecimento de informações e aos direitos dos titulares de acederem aos seus dados pessoais, bem como de rectificá-los e apagá-los.

período máximo de conservação autorizada dos dados pessoais recolhidos no âmbito de uma iniciativa de cidadania. Na qualidade de responsáveis pelo tratamento dos dados, os organizadores devem tomar as medidas adequadas para cumprir o disposto na Directiva 95/46/CE, em especial no que se refere à legitimidade do tratamento, à segurança das actividades de tratamento e do fornecimento de informações e aos direitos dos titulares de acederem aos seus dados pessoais, bem como de rectificá-los e apagá-los.

Justificação

Alteração destinada a expor as razões da parte dispositiva. (Segunda parte da justificação não se aplica à versão portuguesa.)

Alteração 21

Proposta de regulamento

Considerando 21

Texto da Comissão

(21) A Comissão deve ter competência para adoptar actos delegados, em conformidade com o disposto no artigo 290.º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia, ***para efeitos de alteração dos anexos do presente regulamento.***

Alteração

(21) ***Tendo em vista a eventual necessidade de alterar ou suplementar no futuro certos elementos não essenciais das disposições do presente Regulamento ou dos seus anexos,*** a Comissão deve ter competência para adoptar actos delegados, em conformidade com o disposto no artigo 290.º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia.

Justificação

Alteração que reflecte a mudança na parte dispositiva e justifica a utilização de actos delegados.

Alteração 22

Proposta de regulamento

Considerando 23

Texto da Comissão

(23) ***A Comissão deve apresentar um relatório sobre a aplicação do presente regulamento no prazo de cinco anos após a sua entrada em vigor.***

Alteração

Suprimido

Justificação

É supérfluo repetir simplesmente uma parte do dispositivo num considerando.

Alteração 23

Proposta de regulamento

Artigo 2 – n.º 1

Texto da Comissão

1. «Iniciativa de cidadania», uma iniciativa apresentada à Comissão nos termos do presente regulamento, pela qual esta é convidada a apresentar, no quadro das suas atribuições, uma proposta adequada sobre matérias em relação às quais os cidadãos consideram necessário um acto jurídico da União para aplicar os Tratados e que recolheu o apoio de, pelo menos, um milhão de signatários elegíveis provenientes de, pelo menos, **um terço** de todos os Estados-Membros;

Alteração

1. «Iniciativa de cidadania», uma iniciativa apresentada à Comissão nos termos do presente regulamento, pela qual esta é convidada a apresentar, no quadro das suas atribuições, uma proposta adequada sobre matérias em relação às quais os cidadãos consideram necessário um acto jurídico da União para aplicar os Tratados e que recolheu o apoio de, pelo menos, um milhão de signatários elegíveis provenientes de, pelo menos, **um quinto** de todos os Estados-Membros;

Justificação

A fim de facilitar o lançamento de uma iniciativa, de permitir um procedimento mais simples e menos pesado, é conveniente estabelecer um limite mais baixo.

Alteração 24

Proposta de regulamento

Artigo 2 – n.º 3

Texto da Comissão

3. «**Organizador**», **uma pessoa singular ou colectiva ou uma organização** responsável pela preparação e apresentação de uma iniciativa de cidadania à Comissão.

Alteração

3. «**Organizadores**», **pessoas singulares que formem um comité de cidadãos** responsável pela preparação e apresentação de uma iniciativa de cidadania à Comissão.

As organizações que, em conformidade com o Tratado, contribuam para a formação da consciência política europeia e para a expressão da vontade dos cidadãos da União podem apoiar directamente uma iniciativa de cidadania, desde que o façam com total transparência.

(A presente alteração, nomeadamente a substituição de "organizador" por "organizadores", aplica-se à integralidade

do texto. A sua aprovação impõe adaptações técnicas em todo o texto.)

Justificação

Uma iniciativa de cidadãos genuína deve, por definição, ser um instrumento de democracia participativa aberto aos cidadãos da União e não a pessoas colectivas. Por conseguinte, os organizadores devem ser pessoas singulares. A fim de poderem lançar uma iniciativa, os organizadores devem criar um comité de cidadãos.

Alteração 25

Proposta de regulamento

Artigo 3 – título

Texto da Comissão

Requisitos aplicáveis **ao organizador** e aos signatários

Alteração

Requisitos aplicáveis **aos organizadores** e aos signatários

Justificação

Uma iniciativa de cidadãos deve ser lançada por um comité de cidadãos constituído por pessoas singulares que sejam cidadãos da União. Por conseguinte, há que ajustar o título.

Alteração 26

Proposta de regulamento

Artigo 3 – n.º 1

Texto da Comissão

1. Se o organizador for uma pessoa singular, deve ser cidadão da União e ter a idade necessária para votar nas eleições europeias.

Se o organizador for uma pessoa colectiva ou uma organização, deve estar estabelecido num Estado-Membro. As organizações sem personalidade jurídica nos termos da lei nacional aplicável devem ter representantes com capacidade jurídica para assumir obrigações jurídicas em seu nome e as responsabilidades delas decorrentes.

Alteração

1. Os organizadores devem ser cidadãos da União e ter a idade necessária para votar nas eleições europeias.

Justificação

A utilização do plural é justificada pelo n.º 1-A (novo) do artigo 3.º. A supressão é necessária porque os organizadores devem ser apenas pessoas singulares.

Alteração 27

Proposta de regulamento

Artigo 3 – n.º 1-A (novo) - parágrafos 1 e 2 (novos)

Texto da Comissão

Alteração

(1-A) Os organizadores formarão um comité de cidadãos composto por, no mínimo sete pessoas que sejam residentes de, pelo menos, sete Estados-Membros.

Os organizadores designam um representante e um substituto, que exercerão funções de ligação entre o comité de cidadãos e as instituições da União Europeia ao longo do processo e que serão mandatados para falar e agir em nome do comité de cidadãos.

Justificação

A fim de facilitar o surgimento de questões com uma verdadeira dimensão europeia e uma reflexão sobre estas questões e a recolha de assinaturas em toda a União, a iniciativa deve ser proposta por um determinado número de cidadãos, que devem criar um comité de cidadãos. Esse comité deve estar habilitado a exprimir-se a uma só voz, razão pela qual existe a obrigação de designar uma pessoa de contacto e um suplente.

Alteração 28

Proposta de regulamento

Artigo 3 – n.º 1-A (novo) – parágrafo 3 (novo)

Texto da Comissão

Alteração

Se os organizadores forem membros de parlamentos nacionais ou do Parlamento Europeu, não contarão para efeitos de atingir o número mínimo exigido para formar um comité de cidadãos.

Justificação

É importante enviar uma mensagem forte aos cidadãos no sentido de que este instrumento foi concebido para eles, e encorajá-los a utilizá-lo e a participar. Os deputados têm outras formas de propor legislação e criar um debate a nível europeu.

Alteração 29

Proposta de regulamento

Artigo 3 – n.º 2

Texto da Comissão

2. Para poderem apoiar uma proposta de iniciativa de cidadania, os signatários devem ser cidadãos da União e ter idade **suficiente para votar nas eleições europeias**.

Alteração

2. Para poderem apoiar uma proposta de iniciativa de cidadania, os signatários devem ser cidadãos da União e ter **a idade estabelecida em cada Estado-Membro, tomando como referência as eleições para o Parlamento Europeu**.

Justificação

A fim de promover a participação dos jovens cidadãos europeus na definição do futuro da União e de encorajar uma mais ampla participação na vida democrática da União, é conveniente estabelecer um limite de idade mais baixo que a idade para votar na maior parte dos Estados-Membros e que a idade para ser membro de um comité de cidadãos.

Alteração 30

Proposta de regulamento

Artigo 4 – n.º 1

Texto da Comissão

1. Antes de dar início à recolha das declarações de apoio dos signatários de uma proposta de iniciativa de cidadania, compete **ao organizador** registá-la junto da Comissão, fornecendo as informações referidas no Anexo II, em especial sobre o seu objecto e objectivos, **bem como sobre as fontes de financiamento e de apoio à iniciativa de cidadania proposta**.

Estas informações serão prestadas numa **das** línguas oficiais da União, num registo em linha disponibilizado pela Comissão para este efeito (a seguir designado «registo»).

Alteração

1. Antes de dar início à recolha das declarações de apoio dos signatários de uma proposta de iniciativa de cidadania, compete **aos organizadores** registá-la junto da Comissão, fornecendo as informações referidas no Anexo II, em especial sobre o seu objecto e objectivos **da** iniciativa de cidadania proposta.

Os organizadores fornecerão no local adequado do seu sítio Web, para o registo definido no terceiro parágrafo, informações regularmente actualizadas sobre as fontes de apoio e de financiamento da iniciativa.

Estas informações serão prestadas numa **ou mais** línguas oficiais da União, num registo em linha disponibilizado pela Comissão para este efeito (a seguir designado «registo»). ***Podem ser posteriormente fornecidas informações para inscrição no registo numa língua oficial que não a língua ou as línguas em que foram inicialmente transmitidas.***

A tradução da iniciativa para outras línguas oficiais da União é da responsabilidade dos organizadores.

Justificação

Na prática, a iniciativa deve ser traduzida porque o comité de cidadãos é constituído de cidadãos oriundos de diferentes países, e as assinaturas serão recolhidas em pelo menos um quinto dos Estados-Membros.

Alteração 31

Proposta de regulamento

Artigo 4 – n.º 2

Texto da Comissão

*2. Excepto nos casos previstos nos n.ºs 3 e 4, a Comissão deve **registar sem demora a iniciativa proposta** com um único número de registo e enviar uma confirmação **ao organizador**.*

Alteração

*2. **Se se verificar que uma iniciativa proposta pode ser qualificada como iniciativa de cidadãos nos termos do presente regulamento**, a Comissão deve **registá-la** com um único número de registo e enviar uma confirmação **aos organizadores**.*

Justificação

O registo só deve ser recusado em casos em que não se trate de uma iniciativa de cidadãos. Esses casos são definidos pelos Tratados e pelo presente Regulamento.

Alteração 32

Proposta de regulamento

Artigo 4 – n.º 3

Texto da Comissão

*3. **Não serão registadas as propostas de iniciativas de cidadania que, em termos razoáveis, possam ser consideradas inadmissíveis devido ao seu carácter abusivo ou à ausência de um conteúdo sério.***

Alteração

*3. **A Comissão registará uma iniciativa proposta no prazo de dois meses a contar da sua recepção desde que se encontrem preenchidas as seguintes condições:***

a) o comité de cidadãos foi constituído e as pessoas de contacto foram designadas;

b) inexistência de incoerências manifestas e significativas entre as diferentes versões linguísticas do título, do assunto e dos objectivos da iniciativa proposta;

c) a iniciativa não está manifestamente fora da competência conferida à Comissão pelos Tratados para apresentar uma proposta relativa ao acto jurídico solicitado.

d) a natureza da iniciativa não é manifestamente abusiva, frívola ou vexatória;

e) Se a iniciativa proposta não for manifestamente contrária aos valores da União conforme consagrados no artigo 2.º do Tratado da União Europeia.

Justificação

The Commission proposal separates the question of registration and admissibility. In the rapporteurs' view if a certain move by citizens fulfils all the criteria set out by the treaty and the regulation for a citizens' initiative, the organisers' right to collect signatures can not be denied. In that case there is no need to further examine "admissibility". On the other hand, if it doesn't fulfil those criteria, then it is not a citizens' initiative but something else (petition, letter, complaint, etc.) and in that case, for the sake of legal certainty, it should be made clear from the beginning that collecting signatures is a waste of time. The Regulation therefore should contain the criteria laid down in this amendment in order to make it possible to assess right in the beginning whether a citizens' initiative is on the table or not. If any of the above criteria is not fulfilled, the Commission can automatically deny registration, because the proposed move is not a citizens' initiative; thus the Commission wouldn't formally give a decision on competence issues: it would simply decide on an administrative level whether it is a citizens' initiative or not. The Commission should have a reasonable deadline for the decision on the registration of an initiative, because some serious initiatives could require a thorough evaluation of the issue.

Alteração 33

Proposta de regulamento Artigo 4 – n.º 3-A (novo)

Texto da Comissão

Alteração

(3-A) A Comissão rejeitará o registo se as condições estabelecidas no n.º 3 não se encontrarem preenchidas.

A Comissão tomará quaisquer medidas que considere necessárias para assegurar aos organizadores que a sua decisão acerca do registo respeita integralmente a letra e o espírito dos Tratados, sem prejuízo da sua posterior decisão sobre o fundo da questão.

Quando recusar registar uma iniciativa a Comissão informará os organizadores dos fundamentos dessa recusa e de todos os possíveis remédios judiciais e extrajudiciais ao seu dispor.

Justificação

The registration of an initiative should only be refused if it is not a citizens' initiative pursuant to this Regulation or if this can not be assessed, because there are serious contradictions in the translations prepared by the organisers.

The Commission should decide on the registration on strict legal grounds; however, that decision should not bind its hands as to its ulterior decision on the substance of the matter.

As a part of good administration, organisers should have feedback from the Commission which would allow them to adjust the initiative in order to be appropriate for registration. The organisers should also have information on the modalities on how to challenge the Commission's decision if they deem it necessary.

Alteração 34

Proposta de regulamento

Artigo 4 – n.º 4

Texto da Comissão

Alteração

4. A Comissão deve recusar o registo das propostas de iniciativas de cidadania manifestamente contrárias aos valores da União.

Suprimido

Justificação

Ver as outras justificações das alterações ao artigo 4.º.

Alteração 35

Proposta de regulamento

Artigo 4 – n.º 4-A (novo)

Texto da Comissão

Alteração

(4-A) A qualquer momento antes da apresentação de declarações de apoio em conformidade com o artigo 9.º, os organizadores podem retirar uma iniciativa registada. Se uma iniciativa for retirada, será inscrita no registo uma indicação nesse sentido.

Justificação

O comité de cidadãos deve ter liberdade de retirar uma iniciativa quando considerar que é inútil continuar com a recolha de assinaturas ou quando simplesmente não pretenda continuar a sua actividade por qualquer motivo. No entanto, esta oportunidade não deve existir após a apresentação das declarações de apoio, dado que os Estados-Membros gastam dinheiro dos contribuintes na verificação de assinaturas.

Alteração 36

Proposta de regulamento

Artigo 4 – n.º 5-A (novo)

Texto da Comissão

Alteração

5-A. Será atribuído um número de referência a todas as iniciativas registadas.

Justificação

Tal manterá os cidadãos informados da fase de adiantamento das diversas iniciativas de cidadãos.

Alteração 37

Proposta de regulamento

Artigo 5 – n.º 1 – parágrafo 2

Texto da Comissão

Alteração

Só podem ser utilizadas para este efeito **as** declarações de apoio que seguirem o modelo constante do Anexo III. **O organizador deve** preencher os formulários, tal como indicados no Anexo III, antes de **dar** início à recolha das declarações de apoio dos signatários. As informações constantes dos formulários devem corresponder às informações incluídas no registo.

Só podem ser utilizadas para este efeito **versões linguísticas registadas das** declarações de apoio que seguirem o modelo constante do Anexo III. **Os organizadores devem** preencher os formulários, tal como indicados no Anexo III, antes de **darem** início à recolha das declarações de apoio dos signatários. As informações constantes dos formulários devem corresponder às informações incluídas no registo.

Justificação

Nos termos do Anexo III os signatários devem fornecer as seguintes informações: nome, endereço da residência permanente, data e local de nascimento, nacionalidade, data da assinatura. Só as versões linguísticas registadas no formulário deverão ser utilizadas para a recolha de assinaturas, porque de outra forma, em caso de tradução incorrecta, não se poderia garantir que as assinaturas fossem recolhidas para a mesma iniciativa.

Alteração 38

Proposta de regulamento

Artigo 5 – n.º 4

Texto da Comissão

4. Todas as declarações de apoio devem ser recolhidas após a data de registo da proposta de iniciativa e num período que não deve exceder 12 meses.

Alteração

4. Todas as declarações de apoio devem ser recolhidas após a data de registo da proposta de iniciativa e num período que não deve exceder 12 meses.

Findo esse período, o registo deve indicar que o prazo expirou e, se for o caso, que a Comissão confirmou que as declarações de apoio necessárias não foram apresentadas.

Justificação

O prazo limite para a recolha de assinaturas será respeitado. Se as assinaturas necessárias não forem recolhidas no prazo, a iniciativa não tem sucesso; portanto, deve ser suprimida do registo que contém apenas iniciativas em curso.

Alteração 39

Proposta de regulamento

Artigo 6 – n.º 2

Texto da Comissão

2. Antes de **dar** início à recolha de declarações de apoio de signatários, **o organizador deve** certificar-se de que o sistema de recolha em linha utilizado para o efeito respeita o disposto no n.º 4. **O organizador pode**, a todo o tempo, solicitar à autoridade competente do Estado-Membro em que os dados recolhidos são ou vão ser conservados que ateste a conformidade do sistema de recolha em linha com esses requisitos. **O organizador deve**, em qualquer caso, solicitar essa atestação antes de **apresentar as** declarações de apoio **para efeitos de verificação, nos termos do artigo 9.º.**

Alteração

2. Antes de **darem** início à recolha de declarações de apoio de signatários, **os organizadores devem** certificar-se de que o sistema de recolha em linha utilizado para o efeito respeita o disposto no n.º 4. **Os organizadores podem**, a todo o tempo, solicitar à autoridade competente do Estado-Membro em que os dados recolhidos são ou vão ser conservados que ateste a conformidade do sistema de recolha em linha com esses requisitos. **Os organizadores devem**, em qualquer caso, solicitar essa atestação antes de **dar início à recolha das** declarações de apoio.

O organizador deve disponibilizar ao público uma cópia desse certificado no sítio da Internet utilizado para o sistema de recolha em linha.

No prazo de seis meses a contar da entrada em vigor do presente Regulamento, a Comissão disponibilizará software "open-source" incorporando algumas das características técnicas e de segurança necessárias para respeitar as disposições do regulamento no que respeita aos sistemas de recolha em linha e assegurar a manutenção e o desenvolvimento desse software "open-source". Este software e os serviços de apoio pertinentes são colocados gratuitamente à disposição dos organizadores.

A Comissão informa o Parlamento Europeu sobre os progressos registados na criação de software de fonte aberta o mais tardar três meses após a data de entrada em vigor do presente Regulamento.

Justificação

A recolha em linha de assinaturas deve ser facilitado pela Comissão, disponibilizando esta software "open-source". É mais adequado pedir antecipadamente o certificado para sistemas de recolha em linha, e não posteriormente à recolha de assinaturas. Além disso, o certificado deve ser tornado público no sítio Web de forma a que os cidadãos saibam que podem confiar no sistema.

Alteração 40

Proposta de regulamento Artigo 6 – n.º 4 – alínea b)

Texto da Comissão

b) A identidade do signatário pode ser verificada;

Alteração

b) O facto de cada pessoa apresentar apenas uma declaração pode ser verificado;

Justificação

A identidade de uma pessoa não é necessária para verificar a autenticidade das declarações de apoio. É suficiente verificar que a pessoa é elegível para assinar e assinou apenas uma vez. O facto de determinada pessoa só poder assinar uma vez deve ser verificado também no caso de assinatura em linha.

Alteração 41

Proposta de regulamento

Artigo 6 – ponto 4 – alínea c)

Texto da Comissão

c) Os dados fornecidos em linha são conservados em segurança, de modo a impedir, nomeadamente, a sua alteração ou a utilização para outros fins além do apoio à iniciativa de cidadania e também de modo a proteger os dados pessoais contra a destruição acidental ou ilícita, a perda acidental, a alteração ou a divulgação ou acesso não autorizados;

Alteração

c) Os dados fornecidos em linha são **recolhidos e** conservados em segurança, de modo a impedir, nomeadamente, a sua alteração ou a utilização para outros fins além do apoio à iniciativa de cidadania e também de modo a proteger os dados pessoais contra a destruição acidental ou ilícita, a perda acidental, a alteração ou a divulgação ou acesso não autorizados;

Alteração 42

Proposta de regulamento

Artigo 6 – n.º 4 – alínea d)

Texto da Comissão

d) O sistema pode gerar declarações de apoio **individuais** num formulário que siga o modelo constante do Anexo III, para efeitos de controlo por parte dos Estados-Membros, nos termos do artigo 9.º, n.º 2.

Alteração

d) O sistema pode gerar declarações de apoio num formulário que siga o modelo constante do Anexo III, para efeitos de controlo por parte dos Estados-Membros, nos termos do artigo 9.º, n.º 2.

Justificação

A declaração de apoio em linha (ver Anexo III) pode também assumir a forma de lista.

Alteração 43

Proposta de regulamento

Artigo 6 – n.º 5

Texto da Comissão

5. A Comissão **adopta**, no prazo de 12 meses após a entrada em vigor do presente regulamento, as especificações técnicas para a aplicação do n.º 4, de acordo com o procedimento de regulamentação a que se refere o artigo 19.º, n.º 2.

Alteração

5. A Comissão **procede**, no prazo de 12 meses após a entrada em vigor do presente regulamento, **em ligação com a Autoridade Europeia para a Protecção de Dados, a uma avaliação que lhe permita adoptar**, as especificações técnicas para a aplicação do n.º 4, de acordo com o procedimento de regulamentação a que se refere o artigo 19.º, n.º 2. **Esta avaliação será transmitida, juntamente com as propostas, ao Parlamento Europeu.**

Alteração 44

Proposta de regulamento

Artigo 7 – n.º 1

Texto da Comissão

1. Os signatários de uma iniciativa de cidadania devem provir de pelo menos **um terço** dos Estados-Membros.

Alteração

1. Os signatários de uma iniciativa de cidadania devem provir de pelo menos **um quinto** dos Estados-Membros.

Justificação

A fim de facilitar o lançamento de uma iniciativa, de permitir um procedimento mais simples e menos pesado, é conveniente estabelecer um limite mais baixo.

Alteração 45

Proposta de regulamento

Artigo 7 – n.º 2

Texto da Comissão

2. **Num terço** dos Estados-Membros, os signatários devem corresponder pelo menos ao número mínimo de cidadãos fixado no Anexo I.

Alteração

2. **Em pelo menos um quinto** dos Estados-Membros **o número mínimo de declarações de apoio válidas submetidas a verificação deve ser pelo menos igual ao número, multiplicado por um factor de 750, de deputados ao Parlamento Europeu a eleger nesse Estado-Membro no momento do registo da iniciativa de cidadania. Os números mínimos pertinentes figuram** no Anexo I.

A Comissão deve adoptar, por meio de actos delegados, em conformidade com o artigo 16.º e sem prejuízo das condições estipuladas nos artigos 17.º e 18.º, ajustamentos adequados ao Anexo I quando a composição do Parlamento Europeu é modificada.

Justificação

A fim de facilitar o lançamento de uma iniciativa, de permitir um procedimento mais simples e menos pesado, é conveniente estabelecer um limite mais baixo.

Alteração 46

Proposta de regulamento

Artigo 7 – n.º 3

Texto da Comissão

3. Os signatários são considerados provenientes do Estado-Membro *que emitiu o documento de identificação indicado na sua declaração de apoio.*

Alteração

3. Os signatários são considerados provenientes do Estado-Membro *em que tenham a sua residência permanente. Para os efeitos do n.º 1, os cidadãos da União que tenham a sua residência permanente num país terceiro serão considerados procedentes do Estado-Membro de que sejam nacionais.*

Alteração 47

Proposta de regulamento

Artigo 8

Texto da Comissão

Artigo 8.º

Decisão sobre a admissibilidade de uma proposta de iniciativa de cidadania

1. Após ter recolhido, em conformidade com o artigo 5.º, 300 000 declarações de apoio de signatários provenientes de pelo menos três Estados-Membros, o organizador apresenta à Comissão um pedido de decisão de admissibilidade da proposta de iniciativa de cidadania. Para o efeito, o organizador deve utilizar o formulário constante do Anexo V.

2. A Comissão dispõe de um prazo de dois meses a contar da data de recepção do pedido referido no n.º 1 para tomar uma decisão sobre a admissibilidade. A proposta de iniciativa de cidadania será considerada admissível se preencher as seguintes condições:

a) Disser respeito a uma questão sobre a qual é possível adoptar um acto jurídico da União para efeitos de aplicação dos Tratados; e

b) Se se inscrever na esfera de competências da Comissão no que respeita à apresentação de uma proposta.

Alteração

Suprimido

3. A decisão referida no n.º 2 é notificada ao organizador da proposta de iniciativa de cidadania e divulgada ao público.

Justificação

Ver as justificações das alterações ao artigo 4.º.

Alteração 48

Proposta de regulamento

Artigo 9 – n.º 1 – parágrafo 1

Texto da Comissão

1. Após ter recolhido as declarações de apoio necessárias de signatários em conformidade com os artigos 5.º e 7.º e **desde que a Comissão tenha decidido que uma proposta de iniciativa de cidadania é admissível nos termos do artigo 8.º, o organizador apresenta** as declarações de apoio, em papel ou em formato electrónico, às autoridades competentes indicadas no artigo 14.º para efeitos de verificação e atestação. Para o efeito, **deve** utilizar o formulário constante do Anexo VI.

Alteração

1. Após terem recolhido as declarações de apoio necessárias de signatários em conformidade com os artigos 5.º e 7.º, **os organizadores apresentam** as declarações de apoio, em papel ou em formato electrónico, às autoridades competentes indicadas no artigo 14.º para efeitos de verificação e atestação. Para o efeito, **devem** utilizar o formulário constante do Anexo VI.

Justificação

Ver as justificações das alterações ao artigo 4.º.

Alteração 49

Proposta de regulamento

Artigo 9 – n.º 1 – parágrafo 2

Texto da Comissão

O organizador deve apresentar as declarações de apoio ao Estado-Membro **que tiver emitido o documento de identificação nelas especificado.**

Alteração

Os organizadores devem apresentar declarações de apoio ao Estado-Membro **em que os signatários tenham a sua residência permanente, ou, no caso de signatários que tenham residência permanente num país terceiro, ao Estado-Membro de que forem nacionais.**

Justificação

A indicação de elementos de identidade não deve ser exigida aos signatários em toda a Europa, porque em alguns países isso poderia ter um efeito dissuasivo. O endereço da residência

permanente deve, no entanto, se indicado, e deve ser este o critério para decidir de onde provêm as assinaturas. No caso de pessoas residentes em países terceiros, é aplicável o critério da nacionalidade.

Alteração 50

Proposta de regulamento

Artigo 9 – n.º 2

Texto da Comissão

2. As autoridades competentes verificam, num prazo que não pode exceder três meses, as declarações de apoio que lhes forem apresentadas com base em controlos adequados e entregam ao organizador um certificado em conformidade com o modelo constante do Anexo VII, no qual se atesta o número de declarações de apoio válidas nesse Estado-Membro.

Alteração

2. As autoridades competentes verificam, num prazo que não pode exceder três meses, as declarações de apoio que lhes forem apresentadas com base em controlos adequados e entregam ao organizador um certificado em conformidade com o modelo constante do Anexo VII, no qual se atesta o número de declarações de apoio válidas nesse Estado-Membro.

Não deverá ser necessária a autenticação das assinaturas.

Justificação

A identidade de uma pessoa não é necessária para verificar a autenticidade das declarações de apoio. É suficiente verificar que a pessoa é elegível para assinar e assinou apenas uma vez.

Alteração 51

Proposta de regulamento

Artigo 10 – parágrafo 1

Texto da Comissão

Após ter obtido os certificados previstos no artigo 9.º, n.º 2, e desde que tenham sido cumpridas todas as normas processuais e condições estabelecidas no presente regulamento, ***o organizador pode*** apresentar a iniciativa de cidadania à Comissão.

Alteração

Após terem obtido os certificados previstos no artigo 9.º, n.º 2, e desde que tenham sido cumpridas todas as normas processuais e condições estabelecidas no presente regulamento, ***os organizadores podem*** apresentar a iniciativa de cidadania à Comissão, ***acompanhada de informações relativas a qualquer apoio e financiamento recebidos para a iniciativa. Essa informação é publicada no registo da Comissão.***

O montante dos apoios e dos financiamentos recebidos de qualquer fonte acima do qual devem ser prestadas informações deve ser idêntico ao previsto no Regulamento (CE) n.º 2004/2003 do

Parlamento Europeu e do Conselho de 4 de Novembro de 2003 relativo ao estatuto e ao financiamento dos partidos políticos a nível europeu¹.

¹ JO L 297 de 15.11.2003, p. 1.

Justificação

O comité de cidadãos deve garantir inteira transparência quanto ao financiamento e apoio da iniciativa. No entanto, não seria realista e criaria um fardo administrativo demasiado pesado para os organizadores, fornecer informações detalhadas sobre cada donativo proveniente de pessoas singulares, independentemente do montante. A Comissão deve assim poder determinar o montante através de um acto delegado.

Alteração 52

Proposta de regulamento

Artigo 11 – n.º 1

Texto da Comissão

1. Se a Comissão receber uma iniciativa de cidadania nos termos do artigo 10.º deve:

a) Publicá-la sem demora no seu sítio Web;

b) *Analísá-la e*, no prazo de **4 meses**, por meio de uma comunicação, formular as suas conclusões sobre a iniciativa e indicar as medidas que eventualmente tenciona tomar e os motivos **que as justificam**.

Alteração

1. Se a Comissão receber uma iniciativa de cidadania nos termos do artigo 10.º deve:

a) Publicá-la sem demora no seu sítio Web;
a-B) Receber os organizadores a um nível adequado que lhes permita explicar detalhadamente as questões suscitadas pela iniciativa;

a-C) Organizar uma audição pública sobre o objecto da iniciativa em conjunto com o Parlamento Europeu e, se necessário, com outras instituições ou organismos da UE, na qual a Comissão deve estar representada a um nível adequado;

b) No prazo de **3 meses**, por meio de uma comunicação **que também estará disponível no registo**, formular as suas conclusões **jurídicas e políticas finais** sobre a iniciativa e indicar as medidas que eventualmente tenciona tomar e os motivos **para o fazer** ou não.

Justificação

A Comissão deve chegar a conclusões jurídicas e políticas sobre a iniciativa. A comunicação deve conter ambos os tipos de conclusões. A mudança de prazo pretende reflectir o novo acordo quanto ao quadro. Ver também a justificação relativa à alteração ao n.º 17.

Alteração 53

Proposta de regulamento

Artigo 11 – n.º 2

Texto da Comissão

2. A comunicação referida no n.º 1, alínea b), é notificada **ao organizador da iniciativa de cidadania**, bem como ao Parlamento Europeu e ao Conselho, e é divulgada ao público.

Alteração

2. A comunicação referida no n.º 1, alínea b), é notificada **aos organizadores**, bem como ao Parlamento Europeu e ao Conselho, e é divulgada ao público.

Justificação

Ver as justificações das alterações ao artigo 3.º.

Alteração 54

Proposta de regulamento

Artigo 12 – parágrafo 3

Texto da Comissão

O organizador deve destruir todas as declarações de apoio obtidas para uma determinada iniciativa de cidadania e quaisquer cópias destas declarações até **um mês após a sua apresentação à Comissão, nos termos do artigo 10.º, ou** 18 meses a contar da data **de registo de uma proposta de iniciativa de cidadania, consoante a data que se verificar primeiro.**

Alteração

A menos que o procedimento seja objecto de litígio, o organizador deve destruir todas as declarações de apoio obtidas para uma determinada iniciativa de cidadania e quaisquer cópias destas declarações até **dois meses após a publicação da comunicação da Comissão a que se refere o ponto b) do n.º 1 do artigo 11.º. Em caso de litígio, as declarações serão destruídas um mês após a conclusão do mesmo. Salvo quando as autoridades competentes dos Estados-Membros ainda não tiverem concluído a sua verificação das declarações de apoio, estas serão também destruídas se uma iniciativa de cidadãos proposta não tiver sido apresentada à Comissão no prazo de 18 meses a contar da data do seu registo.**

Justificação

O Regulamento deve ter em conta a possibilidade destes documentos poderem ser necessários num eventual litígio.

Alteração 55

Proposta de regulamento

Artigo 12 – parágrafo 4

Texto da Comissão

A autoridade competente deve destruir todas as declarações de apoio e respectivas cópias que tenha recebido para efeitos de verificação, nos termos do artigo 9.º, n.º 2, até **um mês** após a emissão do certificado nele referido.

Alteração

A autoridade competente deve destruir todas as declarações de apoio e respectivas cópias que tenha recebido para efeitos de verificação, nos termos do artigo 9.º, n.º 2, até **dois meses** após a emissão do certificado nele referido. ***Em caso de litígio, as declarações serão destruídas um mês após a conclusão do mesmo.***

Justificação

Ver a justificação anterior.

Alteração 56

Proposta de regulamento

Artigo 13 – n.º 1 – parte introdutória

Texto da Comissão

Os Estados-Membros devem assegurar que os organizadores residentes **ou estabelecidos** no seu território são responsáveis, nos termos da respectiva lei civil ou penal, em caso de incumprimento do presente regulamento e, em especial:

Alteração

Os Estados-Membros devem assegurar que os organizadores residentes no seu território são responsáveis, nos termos da respectiva lei civil ou penal, em caso de incumprimento do presente regulamento e, em especial:

Justificação

Só pessoas singulares podem ser organizadores.

Alteração 57

Proposta de regulamento

Artigo 18 – n.º 1

Texto da Comissão

1. O Parlamento Europeu e o Conselho podem formular objecções ao acto delegado no prazo de dois meses a contar da data de notificação. Por iniciativa do Parlamento Europeu ou do Conselho, este prazo pode ser prorrogado por **um mês**.

Alteração

1. O Parlamento Europeu e o Conselho podem formular objecções ao acto delegado no prazo de dois meses a contar da data de notificação. Por iniciativa do Parlamento Europeu ou do Conselho, este prazo pode ser prorrogado por **dois meses**.

Justificação

A fim de estar de acordo com a abordagem horizontal seguida pelo PE, o prazo deve ser mais longo do que o proposto pela Comissão.

Alteração 58

Proposta de regulamento

Artigo 18 – n.º 2 – parágrafo 2

Texto da Comissão

O acto delegado **pode ser** publicado no Jornal Oficial da União Europeia e **entrar** em vigor antes do termo do referido prazo se tanto o Parlamento Europeu como o Conselho informarem a Comissão de que não tencionam formular objecções.

Alteração

O acto delegado **é** publicado no Jornal Oficial da União Europeia e **entra** em vigor antes do termo do referido prazo se tanto o Parlamento Europeu como o Conselho informarem a Comissão de que não tencionam formular objecções.

Alteração 59

Proposta de regulamento

Artigo 19 – n.º 1

Texto da Comissão

1. Para efeitos de aplicação do artigo 6.º, n.º 5, a Comissão é assistida por um comité.

Alteração

1. Para efeitos de aplicação do artigo 6.º, n.º 5, a Comissão é assistida por um comité **detentor de conhecimentos técnicos adequados.**

Alteração 60

Proposta de regulamento

Artigo 20 – parágrafo 2

Texto da Comissão

A Comissão deve informar os outros Estados-Membros.

Alteração

A Comissão deve informar os outros Estados-Membros **e o Parlamento Europeu.**

Alteração 61

Proposta de regulamento

Considerando 20-A (novo)

Texto da Comissão

Alteração

Artigo 20.º-A

Assistência

1. A Comissão elabora e mantém actualizado um guia completo e convivial sobre a iniciativa de cidadania.

2. A Comissão fornecerá um serviço de apoio a fim de ajudar os organizadores e de entrar em diálogo a partir de uma fase precoce do procedimento.

A Comissão informa, a pedido, os promotores da iniciativa de cidadania sobre os projectos legislativos, em curso ou em fase de preparação, relacionados com a temática da iniciativa em apreço, bem como sobre outras registadas anteriormente e relativas, no todo ou em parte, à mesma temática.

Justificação

For the sake of the success of this new democratic tool, it is important that citizens are well informed about the procedure to be followed. The Commission should therefore provide a user friendly guide on the initiative and should set up a help desk which would be a natural reference point to organisers if they have questions or if they wish to clarify a certain issue with the EU institution responsible for the registration of the initiative. Especially, the Commission should help the organisers with information on current or intended legislative proposals, in order to avoid wasting energy on a matter that is already took up by the Commission. The information on other registered initiatives concerning the same matter could enhance the European dimension of initiatives.

Alteração 62

Proposta de regulamento

Artigo 21

Texto da Comissão

No prazo de **cinco anos** após a entrada em vigor do presente regulamento, a Comissão deve apresentar ao Parlamento Europeu e ao Conselho um relatório sobre a sua aplicação.

Alteração

No prazo de **três anos** após a entrada em vigor do presente regulamento **e, posteriormente, de três em três anos**, a Comissão deve apresentar ao Parlamento Europeu e ao Conselho um relatório sobre a sua aplicação, **com especial ênfase nos sistemas de recolha em linha e na aplicação dos requisitos de transparência relativos ao financiamento das iniciativas, acompanhado, se adequado, de uma proposta legislativa de alteração do presente Regulamento.**

Alteração 63

Proposta de regulamento

Artigo 22

Texto da Comissão

O presente regulamento entra em vigor no **vigésimo dia** seguinte ao da sua publicação no Jornal Oficial da União Europeia.

Alteração

O presente regulamento entra em vigor no **primeiro dia do mês** seguinte ao da sua publicação no *Jornal Oficial da União Europeia*.

O presente regulamento é aplicável seis meses após a sua entrada em vigor.

Alteração 64

Proposta de regulamento

ANEXO II

Texto da Comissão

Informações exigidas para **o registo de** uma proposta de iniciativa de cidadania

Para inscrever uma proposta de iniciativa de cidadania no registo da Comissão devem ser fornecidas as seguintes informações:

1. Título da proposta de iniciativa de cidadania, até 100 caracteres;
2. Objecto, até 200 caracteres;
3. Descrição dos objectivos da proposta, com base na qual a Comissão é convidada a agir, até 500 caracteres;
4. ***Base jurídica dos Tratados com base na qual a Comissão pode agir;***
5. Nome completo, endereço postal e endereço electrónico ***do organizador ou, no caso de uma pessoa colectiva ou organização, do respectivo representante legal;***
7. Todas as fontes de financiamento e apoio para a iniciativa proposta no momento do registo.

Os organizadores podem fornecer, em anexo, informações mais pormenorizadas sobre o objecto, os objectivos e os antecedentes da proposta de iniciativa de cidadania. Podem também, se o desejarem, apresentar um projecto de diploma legislativo.

Alteração do Parlamento

Informações exigidas para uma proposta de iniciativa de cidadania

Devem ser fornecidas as seguintes informações ***para o*** registo da Comissão:

1. Título da proposta de iniciativa de cidadania, até 100 caracteres;

2. Objecto, até 200 caracteres;
3. Descrição dos objectivos da proposta, com base na qual a Comissão é convidada a agir, até 500 caracteres;
4. ***A disposição do Tratado considerada, pelos organizadores, relevante para a medida proposta;***
5. Nome completo, endereço postal e endereço electrónico ***dos organizadores e das pessoas de contacto;***
7. Todas as fontes de financiamento e apoio para a iniciativa proposta no momento do registo.

Os organizadores podem fornecer, em anexo, informações mais pormenorizadas sobre o objecto, os objectivos e os antecedentes da proposta de iniciativa de cidadania. Podem também, se o desejarem, apresentar um projecto de diploma legislativo.

Justificação

Alterações tornadas necessárias por alterações ao dispositivo. O título e o cabeçalho devem ser modificados porque o artigo 4.º emenda substancialmente a natureza e processo de registo. Assim, o título pode ser enganador, porque são exigidos mais elementos para o registo que os que figuram no anexo, por exemplo, a iniciativa não ser contra os valores da União, etc. Além disso, os fundamentos de recusa do registo são enumerados no artigo 4.º. O Anexo não deve acrescentar novas condições.

Alteração 65

Proposta de regulamento Anexo III

Texto da Comissão

Formulário de declaração de apoio

Caixa 1: *(a preencher previamente pelo organizador)*

1. Número de registo atribuído pela Comissão*:
2. Data de registo*:
3. Endereço na Internet da proposta de iniciativa de cidadania no registo da Comissão*:

Caixa 2: *(a preencher previamente pelo organizador)*

1. Título da proposta de iniciativa de cidadania*: *(máximo 100 caracteres)*
2. Objecto*: *(deve ser explicitado o mais claramente possível) (máximo 200 caracteres)*
3. Descrição dos objectivos principais da proposta de iniciativa de cidadania*: *(máximo 500 caracteres)*
4. Nome e endereço **do organizador***:
5. Sítio na Internet da proposta de iniciativa de cidadania:

Caixa 3: *(a preencher pelo signatário)*

1. Nome **do signatário**:
Nome próprio* **Apelido***
2. Endereço:
Rua:
Código postal: **Cidade*:**
País*:
3. **Endereço electrónico:**

4. Data e local de nascimento*:
Data de nascimento:Local e país:

5. Nacionalidade*:

6. **Número de identificação pessoal*:**
Tipo de número de identificação / documento de identificação*:
Bilhete de identidade nacional: **Passaporte:** **Cartão da Segurança Social:**
Estado-Membro que emitiu o número de identificação / documento de identificação*:

7. **Certifico que as informações fornecidas no presente formulário são correctas e que dei o meu apoio a esta proposta de iniciativa de cidadania uma única vez*.**
Data e assinatura do signatário*♦:

*: **Preenchimento obrigatório.**

♦: Não se exige a assinatura se o formulário for apresentado por via electrónica.

Alteração do Parlamento

Formulário de declaração de apoio

Caixa 1: (a preencher previamente **pelos organizadores**)

1. Número de registo atribuído pela Comissão:
2. Data de registo:
3. Endereço na Internet da proposta de iniciativa de cidadania no registo da Comissão:

Caixa 2: (a preencher previamente **pelos organizadores**)

1. Título da proposta de iniciativa de cidadania: (máximo 100 caracteres)
2. Objecto: (deve ser explicitado o mais claramente possível) (máximo 200 caracteres)
3. Descrição dos objectivos principais da proposta de iniciativa de cidadania* : (máximo 500 caracteres)
4. Nome e endereço **dos organizadores**:
- (4-A) **Nome e endereço das pessoas de contacto:**
5. Sítio na Internet da proposta de iniciativa de cidadania*:

Caixa 3: (a preencher **pelos signatários**)

Nome	Endereço da residência permanente	Data e local de nascimento:	Nacionalidade	Data de assinatura	Assinatura♦

Os signatários só podem apoiar uma determinada iniciativa de cidadania uma única vez.

* **Se aplicável.**

♦: Não se exige a assinatura se o formulário for apresentado por via electrónica.

Justificação

Alterações tornadas necessárias por alterações ao dispositivo. O formulário deve conter diversas colunas para a recolha de assinaturas porque é dessa forma que as assinaturas são normalmente recolhidas na prática.

Alteração 66

Proposta de regulamento Anexo III – caixa 3 – ponto 6

Texto da Comissão

Alteração

6. Número de identificação pessoal*: **Suprimido**

Tipo de número de identificação / documento de identificação*:

Bilhete de identidade nacional:

Passaporte: Cartão da Segurança Social:

Estado-Membro que emitiu o número de identificação / documento de identificação*:

Alteração 67

Proposta de regulamento Anexo V

Texto da Comissão

Formulário para requerer uma decisão de admissibilidade da iniciativa de cidadania

1. **Título da iniciativa de cidadania*:**
2. **Número de registo atribuído pela Comissão*:**
3. **Data de registo*:**
4. **Número de declarações de apoio recebidas*:**
5. **Número de signatários por Estado-Membro*:**

	BE	BG	CZ	DK	DE	EE	IE	EL	ES	FR	IT	CY	LV	LT	LU
Número de signatários															
	HU	MT	NL	AT	PL	PT	RO	SI	SK	FI	SE	UK	TOTAL		
Número de signatários															

6. **Declaro que as informações fornecidas no presente formulário são correctas.**
Data e assinatura do organizador*:

*: **Preenchimento obrigatório.**

Alteração do Parlamento

Suprimido

Justificação

O artigo 8.º é suprimido.

Alteração 68

Proposta de regulamento

Anexo VI

Texto da Comissão

Formulário de apresentação de declarações de apoio
às autoridades competentes dos Estados-Membros

1. Nome completo, endereço postal e endereço electrónico **do organizador ou, no caso de uma pessoa colectiva ou organização, do respectivo representante legal** *:
2. Título da iniciativa de cidadania *:
3. Número de registo atribuído pela Comissão *:
4. Data de registo *:
5. **Data do pedido de decisão de admissibilidade** *:
6. Número de signatários provenientes de [designação do Estado-Membro] *:
7. Anexos *:

(Incluir todas as declarações de apoio dos signatários que tenham indicado um documento de identificação pessoal emitido pelo mesmo Estado-Membro.

Se for caso disso, incluir o(s) certificado(s) que ateste(m) a conformidade do sistema de recolha em linha com o Regulamento n.º xxxx/xxxx.)

8. Data e assinatura **do organizador** *:

*: Preenchimento obrigatório.

Alteração do Parlamento

Formulário de apresentação de declarações de apoio
às autoridades competentes dos Estados-Membros

1. Nome completo, endereço postal e endereço electrónico **das pessoas de contacto** *.
2. Título da iniciativa de cidadania *:
3. Número de registo atribuído pela Comissão *:
4. Data de registo *:
5. **Suprimido**
6. Número de signatários provenientes de [designação do Estado-Membro] *:
7. Anexos *:

Suprimido

(Se for caso disso, incluir o(s) certificado(s) que ateste(m) a conformidade do sistema de recolha em linha com o Regulamento n.º xxxx/xxxx.)

8. Data e assinatura ***dos organizadores*** *:

*: Preenchimento obrigatório.

Justificação

Alterações tornadas necessárias por alterações ao dispositivo.

Alteração 69

Proposta de regulamento Anexo VIII

Texto da Comissão

Formulário de apresentação de uma iniciativa de cidadania à Comissão

1. Título da iniciativa de cidadania *:
2. Número de registo atribuído pela Comissão *:
3. Data de registo *:
4. Número de declarações de apoio válidas recebidas *: (*obrigatoriamente superior a 1 milhão*)
5. Número de signatários comprovados por Estado-Membro *:

	BE	BG	CZ	DK	DE	EE	IE	EL	ES	FR	IT	CY	LV	LT	LU
Número de signatários															
	HU	MT	NL	AT	PL	PT	RO	SI	SK	FI	SE	UK	TOTAL		
Número de signatários															

6. Nome completo, endereço postal e endereço electrónico ***do organizador ou, no caso de uma pessoa colectiva ou organização, do respectivo representante legal***:

7. ***Declaro*** que as informações fornecidas no presente formulário são correctas.

Data e assinatura ***do organizador*** *:

8. Anexos *:

Incluir todos os certificados

*: Preenchimento obrigatório.

Formulário de apresentação de uma iniciativa de cidadania à Comissão

1. Título da iniciativa de cidadania* :
2. Número de registo atribuído pela Comissão* :
3. Data de registo* :
4. Número de declarações de apoio válidas recebidas* : (*obrigatoriamente superior a 1 milhão*)
5. Número de signatários comprovados por Estado-Membro* :

	BE	BG	CZ	DK	DE	EE	IE	EL	ES	FR	IT	CY	LV	LT	LU
Número de signatários															
	HU	MT	NL	AT	PL	PT	RO	SI	SK	FI	SE	UK	TOTAL		
Número de signatários															

6. Nome completo, endereço postal e endereço electrónico *das pessoas de contacto*.
7. ***Declaramos*** que as informações fornecidas no presente formulário são correctas.

Data e assinatura *das pessoas de contacto** :

8. Anexos* :

Incluir todos os certificados

*: Preenchimento obrigatório.

Justificação

Alterações tornadas necessárias por alterações ao dispositivo.

Alteração 70

Proposta de regulamento

Anexo VIII – ponto 6-A (novo)

Texto da Comissão

Alteração

6-A. Todas as fontes de financiamento e apoio da iniciativa, incluindo o montante do apoio financeiro no momento da sua apresentação.